

27/01/2016 - Telesíntese

Mais de um terço dos brasileiros não querem compartilhar seus dados pessoais, diz GfK

País é o terceiro em ranking com mais pessoas contra a troca de dados pessoais por benefícios em empresas e serviços

Mais de um terço (34%) dos internautas brasileiros não estão dispostos a compartilhar suas informações pessoais em troca de benefícios como descontos, bônus ou serviços diferenciados. A informação é de uma recente pesquisa global da GfK realizada em 17 países.

Foram mais de 22 mil pessoas entrevistadas em todo o mundo, que indicaram numa escala de 1 a 7 o quanto concordam ou discordam da afirmação: "estou disposto a compartilhar meus dados pessoais (saúde, finanças, trajetos, uso de energia, etc) para obter vantagens como descontos ou serviços personalizados".

Terceiro lugar – Na média global, 27% dos



consumidores concordam, enquanto 19% discordam da afirmação apresentada pela GfK. Na comparação entre os países, atrás da Alemanha (40%) e da França (37%) o Brasil é o terceiro país em que as pessoas se dizem menos dispostas a compartilhar suas informações pessoais para obter benefícios ou vantagens, sendo que entre as mulheres brasileiras os índices de discordância são ainda mais altos, chegando aos 37%. Na outra ponta da escala, os consumidores chineses (38%), mexicanos (30%), russos (29%) e italianos (28%), são que mais se dizem dispostos a compartilhar seus dados pessoais. (Com assessoria de imprensa)

30/01/2017 - Telesíntese

Oi confirma plano de reduzir dívida com credores a R\$ 10 bilhões

Recuperação em debate na operadora fez ações dispararem na sexta-feira, 27, e levou a CVM a questionar motivos das movimentações atípicas com ações da companhia. Conselho vota esta semana novo plano.

A Oi avisa que está mesmo negociando uma forma de reduzir a dívida que tem com credores internacionais a apenas R\$ 10 bilhões. Isso representaria um desconto de quase 70% sobre o valor dos títulos emitidos e que precisam ser pagos. A ideia é trocar essa dívida ativa por ações da companhia.

"Como referência meramente preliminar do valor do total de créditos destes credores, usa-se o valor de mercado de aproximadamente R\$ 10 bilhões, tendo em vista o valor de mercado dos títulos e considerando o valor da empresa após a reestruturação da sua dívida", disse a empresa em resposta a questionamento da CVM.

Na sexta-feira, 27, o jornal Valor Econômico informou que o fundo norte-americano Elliott, do bilionário Paul Singer, revisou pontos de uma proposta alternativa para a companhia. Nos novos termos, poderia aportar R\$ 9,2 bilhões na tele, ficando com 51% a 60% da empresa.

O maior acionista individual da Oi, a portuguesa Pharol (antiga Portugal Telecom SGPS), reagiu à notícia e disse que não vai apoiar nenhum plano de recuperação que não passe pelo crivo do conselho da operadora brasileira.

O conselho de administração da Oi deve discutir nesta quarta-feira, 01, os planos de recuperação em pauta. E votar se apresentará uma nova versão que envolveria



não apenas a troca de dívida por ações, como renegociação mais firme com bancos e Anatel. O plano da empresa teria como um dos pontos cortar a dívida de R\$ 12,5 bilhões com bancos para R\$ 7,5 bilhões e destinar metade do valor obtido com venda de ativos ao pagamento dos credores – além da redução da dívida com títulos àqueles R\$ 10 bilhões.

O vazamento das negociações fez as ações da Oi dispararem no mercado na sexta-feira, 27, o que levou a CVM a questionar os motivos da movimentação atípica – o volume de negócios com papéis da companhia mais que dobrou em relação aos dias anteriores. A empresa disse acreditar que foram as notícias as responsáveis pela alta. E ressaltou: "Contrariamente às especulações, não há, até esta data, decisão

definitiva com relação a qualquer alteração no plano de recuperação".

A Oi entrou em processo de recuperação judicial em junho de 2016. A empresa informou ter, à época, dívida de R\$ 65,4 bilhões e caixa de pouco mais de R\$ 5 bilhões. Conforme o último resultado mensal, divulgado pelos administradores judiciais, essa dívida está agora na casa dos R\$ 60 bilhões, e o caixa se aproxima dos R\$ 7 bilhões. (Com agências)

27/01/2017 - Convergência Digital

Crise derruba arrecadação pelo terceiro ano. Em telecom, recuo foi de 17,7%

Com o Brasil em recessão econômica não surpreende a queda da arrecadação de tributos em 2016. Conforme os dados divulgados pela Receita Federal nesta sexta-feira, 27/1, a arrecadação de R\$ 1,28 trilhão no ano passado representou a terceira queda consecutiva e o pior desempenho anual desde 2010.

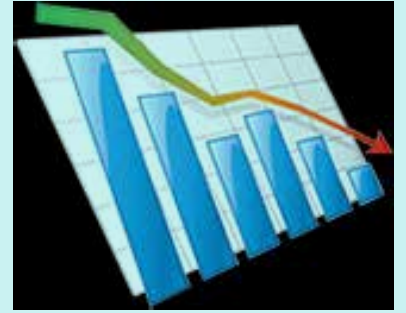
A exemplo da crise econômica, a queda foi generalizada entre as atividades econômicas. Em telecomunicações, a arrecadação caiu 17,7%, de R\$ 14,7 bilhões em 2015 para R\$ 12,1 bilhões em 2016 – ou R\$ 2,6 bilhões a menos, o que prova que o aumento dos tributos não implica em mais dinheiro em caixa.

É certo que o governo federal esperava mais nesse segmento específico quando cancelou a isenção de PIS e Cofins dos equipamentos de informática e smartphones. Mas a decisão foi derrubada na Justiça e o benefício fiscal segue valendo graças a uma liminar obtida pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica Eletrônica, Abinee, mantida até hoje.

Outro terreno onde houve mudança na política fiscal foi o fim da desoneração da folha de pagamento – que permitia às empresas beneficiadas trocar a contribuição previdenciária por uma alíquota sobre o faturamento, medida que

beneficiou e gerou empregos em TI. O desemprego em alta – de 10% para 12% da população em 2016 – contribuiu para que no fim essa receita tenha apresentado queda de R\$ 14 bilhões.

Segundo ainda a Receita Federal, a revisão e o fim de vários incentivos fiscais implicou em uma diferença de R\$ 15 bilhões nas desonerações, que caíram de R\$ 105 bi em 2015 para R\$ 90 bi em 2016.



26/01/2017 - Convergência Digital

Fórum Econômico Mundial: teles vão ganhar R\$ 6 trilhões com digitalização e internet

O setor de telecomunicações está em posição de liberar o equivalente a R\$ 6 trilhões em valor econômico por conta da transformação digital ao longo da próxima década, segundo indica um relatório do Fórum Econômico Mundial. A projeção envolve o desenvolvimento das redes do futuro e novos modelos de negócios nas operadoras, sustentados por inovações.

“Tecnologias como drones, satélites e balões estão estendendo internet acessível em regiões de baixa densidade populacional. Para as operadoras de telecomunicações, essas inovações têm o potencial de superar significativas barreiras de custos para alcançar áreas remotas em mercados desenvolvidos e em desenvolvimento”, sustenta o relatório, ao apontar a geração de valor em conectividade próxima a R\$ 1,5 trilhão entre 2016 e 2025.

“A adoção lenta e diferenciada das comunicações digitais e da internet em regiões com baixa penetração pode exacerbar o fosso digital ao concentrar os benefícios em segmentos da população melhor preparados para se beneficiar – os mais prósperos, educados e habilidosos. Destruar maior valor nos segmentos

econômicos mais baixos exige foco nos desafios de acessibilidade financeira, competição justa e conteúdo local relevante.”

O mesmo relatório aponta que a maior fatia da geração de valor ao longo desses 10 anos – cerca de R\$ 3,5 trilhões – é exatamente no lucro operacional cumulativo ao longo do período. Mas como lembra o Fórum Econômico Mundial, isso implica em superar gargalos dentro da própria indústria de telecom.

“Há barreiras significativas para a captura desse valor: as empresas estão sobrecarregadas de ativos legados; a colaboração entre os setores público e privado é limitada; o ‘dilema do inovador’ encoraja a inércia; e a cultura das incumbentes impacta a habilidade de atrair e reter os melhores talentos digitais.



30/01/2017 - RBA

Depois de homologação, expectativa é se citados em delações serão denunciados

Mundo político e jurídico especula quando será o próximo ato de Janot em relação aos citados pelos delatores da Odebrecht e qual o critério para escolha do substituto de Teori Zavascki

Mal foi anunciada a homologação das 77 delações premiadas de executivos da Odebrecht e o mundo político e jurídico do país começou a viver sob outras duas perspectivas. Uma delas, o anúncio, pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de conhecimento da denúncia contra políticos e empresários citados pelos delatores (quando será retirado o sigilo destas informações). A outra, a escolha do novo relator da Operação Lava Jato, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Apesar de a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, ter trabalhado durante o final de semana na leitura destas delações e de o juiz auxiliar que vinha trabalhando mais diretamente com o ministro Teori Zavascki na condução do processo, Márcio Schiefler, ter concluído os depoimentos na última sexta-feira (27), havia uma previsão de que o anúncio fosse feito até a noite de amanhã.

Mas Cármen Lúcia preferiu se antecipar, segundo pessoas ligadas a ela, para dar sinais claros à sociedade. O de que vai atuar para fazer com que a agenda preparada por Zavascki, que era o relator do processo, seja seguida à risca e não tem interesse de compactuar com quem quer atrasos na tramitação do processo. E, dessa forma, também evitar preocupações e discussões em público sobre algum vácuo em relação à escolha do novo relator.

Por causa disso, o STF vive uma segunda-feira atípica para o período. Embora a retomada dos trabalhos do Judiciário só ocorra oficialmente a partir da próxima quinta-feira (2), vários ministros, a pedido da própria Cármen Lúcia, já se encontram nos seus gabinetes para participarem de reuniões extraoficiais entre os integrantes da Corte para discutir a questão ou ter conversas isoladas com a magistrada.

O regimento interno do Supremo permite brechas para a escolha do sucessor de Teori Zavascki na relatoria. Essas brechas podem passar pela definição de um nome a partir de decisão de consenso dos próprios integrantes do colegiado, por sorteio entre todos os integrantes, ou a terceira opção: que é o sorteio entre os componentes da 2ª Turma (que é a turma onde está sendo julgado o processo da Lava Jato).

Sorteio ou nome de consenso?

Vários juristas e magistrados de outros tribunais davam como certa na última semana, a tendência, por parte da ministra, de optar pelo sorteio na 2ª Turma. Acham, no entanto, que ela pode ser demovida da ideia se a escolha por consenso dos outros ministros demonstrar



ser em torno de um dos decanos da corte. E o nome considerado mais adequado para isto seria o de Celso de Mello. Além de ser o mais velho no tribunal, Mello também faz parte do colegiado da 2ª Turma.

Se o sorteio for entre o colegiado da 2ª Turma, a escolha será feita entre os ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Gilmar Mendes. Um outro grupo defende que o nome do ministro Edson Fachin seja avaliado, mesmo integrando uma outra turma, pelo fato dele ter sido o

último a ser empossado no STF.

Já em relação ao oferecimento da denúncia contra os nomes citados nas delações dos executivos da Odebrecht, conforme avaliação de um juiz auxiliar do tribunal, o mais provável é que Janot demore, no mínimo, de uma a três semanas. Como o próprio procurador-geral tinha pedido ao STF, em comum acordo com Cármen Lúcia, urgência para esta homologação, o entendimento principal é que pegará mal para ele demorar com o processo. Mas a quebra ou não do sigilo das informações, muito provavelmente, terá de ser decidida pelo novo relator – que, se espera, deve ser definido até sexta-feira (3).

Cármen Lúcia divulgou que homologou a delação da Odebrecht por meio de sua assessoria. Ela evitou dar entrevistas a respeito e disse para assessores que pretende se pronunciar na abertura dos trabalhos do Judiciário, na quinta-feira. Está programada nesta sessão uma homenagem ao ministro falecido e uma posição da magistrada sobre sua conduta e a decisão por fazer ela mesma a homologação, para evitar atrasos – o que chegou a suscitar críticas sobre essa postura.

O STF retirou da pauta de quinta-feira três outros processos que tinham Teori Zavascki como relator. Não foram incluídos novos itens, justamente, por conta das decisões a serem tomadas pelo colegiado – que devem tomar maior parte do tempo de trabalho dos ministros.

“Ela cumpriu com o que disse e com o que pretendia. Missão recebida, missão cumprida”, afirmou um magistrado do STJ esta manhã, cujo nome está cotado para substituir Zavascki no STF. Nos corredores da mais alta corte, o que mais se lembrou entre jornalistas e analistas judiciários não foi esta frase, mas uma outra, proferida por Cármen Lúcia logo após retornar dos funerais de Zavascki: “Depois do luto, a luta”. Pelo jeito, a ministra segue querendo dar entender que a luta principal da sua gestão começa, de fato, a partir de agora.

30/01/2017 - Vermelho

Dirigentes da CTB exigem volta da lista do trabalho escravo no Brasil



Organizações da sociedade civil criticaram a decisão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em ocultar a lista do cadastro de empregadores flagrados usando mão de obra em situação análoga à escravidão, conhecido como lista suja do trabalho escravo.

"Não é razoável", afirmou o assessor jurídico da CTB, Magnus Farkatt, ao comentar não divulgação da lista pelos órgãos responsáveis. E completou: "Ao não dar publicidade à lista, essas instituições estão sendo negligentes com o cumprimento de seu dever".

Em nota oficial, ministério do Trabalho diz que não vai divulgar "lista suja" do trabalho escravo no país

Em entrevista à imprensa, a diretora de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra1), Daniela Muller, destacou que a publicação da lista foi um avanço no combate ao trabalho escravo no país e a divulgação precisa ser retomada.

Muller lembra que o cadastro foi considerado referência pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e alerta para o combate de uma realidade perversa ainda com muita força no Brasil. "É muito importante que a sociedade se envolva porque os instrumentos jurídicos legais não valem nada se a população não abraça a causa. É muito importante combater esse tipo de exploração extrema, que é o trabalho escravo. E o consumo consciente, acho que é o caminho principal", acrescentou.

A lista deveria ser publicada pelo Ministério do Trabalho, que informou em nota especial a suspensão sob o argumento de que as normas atuais não têm assegurado o direito ao contraditório e à defesa dos incluídos na lista.

Porém, Farkatt lembra que em maio de 2016, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia, atual presidente do Supremo, revogou medida cautelar

que suspendia a divulgação da lista. Com isso, o cadastro voltou a ser publicado. "Quem deve analisar se o direito ao contraditório e a ampla defesa está sendo observada é o STF e não o Ministério do Trabalho", apontou o assessor ao indicar que o argumento do MTE fere decisão da Corte.

Números da escravidão no Brasil

Informações publicadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), indicam que, desde 1995, mais de 52 mil pessoas foram libertadas de situação análoga à escravidão. Essas diligências resultaram em indenizações no montante de R\$ 92,62 milhões.

Dados da comissão mostram também o avanço do trabalho escravo nas cidades. Em 2014, os casos de trabalho escravo urbano superaram pela primeira vez os números de casos no meio rural. No ano anterior, por exemplo, 2.208 trabalhadores foram libertados no Brasil, dos quais 1.228, 56% do total, estavam nas cidades.

Ao alertar sobre os impactos da decisão do MTE, o diretor executivo da CTB, Eduardo Navarro, "a sociedade tem o direito de conhecer que são os empresários que utilizam mão de obra análoga ao trabalho escravo. Proibir a divulgação da lista suja é incentivar a concorrência desleal, além de ser desumano com os trabalhadores e trabalhadores".

Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

O Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo foi escolhido em homenagem aos auditores fiscais do trabalho Eratóstenes de Almeida, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e ao motorista Ailton Pereira de Oliveira, assassinados quando investigavam denúncias de trabalho escravo na zona rural do município de Unaí (MG) no ano de 2004. A data foi oficializada durante a gestão Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009.